

CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM MARXISTA DA MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO PARA O ESTUDO DA GEOGRAFIA HISTÓRICA DAS MIGRAÇÕES NO BRASIL**CONTRIBUTIONS OF THE MARXIST APPROACH TO LABORFORCE MOBILITY TO THE STUDY OF THE HISTORICAL GEOGRAPHY OF MIGRATION IN BRAZIL**Vinícius de Paula Ismael¹Ramon Spironello do Nascimento²João Paulo Rosalin³**RESUMO**

O presente trabalho objetiva trazer uma análise da geografia histórica das migrações no Brasil através do conceito de mobilidade da força de trabalho desenvolvido por Gaudemar (1977). Dessa forma, nossa análise se dá sobre as mudanças pelas quais passaram a mobilização espacial das forças de trabalho (através das migrações internas e internacionais) ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil, identificando três períodos históricos nos quais a mobilização se expressa de maneiras diferentes: um primeiro período que compreende o fim do Século XIX (com a adoção do trabalho livre) e a década de 1930, com a predominância das migrações internacionais; um segundo marcado pelo crescimento das migrações internas (de 1930 a meados dos anos 1970); e um terceiro período correspondente à expansão global capitalista e à complexificação das migrações.

Palavras-chave: Migrações; Mobilidade do Trabalho; Geografia Histórica.

ABSTRACT

The present work aims to bring an analysis of the historical geography of migration in Brazil through the concept of laborforce mobility developed by Gaudemar (1977). Thus, our analysis is based on the changes that the spatial mobilization of labor forces underwent (through internal and international migrations) throughout the historical development of capitalism in Brazil, identifying three historical periods in which mobilization is expressed in different ways: a first period comprising the end of the 19th century (with the adoption of free work) and the 1930s, with the predominance of international migrations; a second marked by the growth of internal migrations (from the 1930s to the mid-1970s); and a third

¹Mestrando, Programa de Pós Graduação em Geografia/ IGCE / UNESP Rio Claro. vinicius.ismael@unesp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5972-9598>

²Mestrando, Programa de Pós Graduação em Geografia/ IGCE / UNESP Rio Claro. ramon.spironello@unesp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7861-9861>

³Doutorando, Programa de Pós Graduação em Geografia/ IGCE / UNESP Rio Claro. joao.rosalin@unesp.br ORCID:
<https://orcid.org/0000-0001-7758-310X>

period corresponding to the global capitalist expansion and the complexification of migrations.

Keywords: Migrations; Labor mobility; historical geography.

INTRODUÇÃO

Em trabalhos anteriores (ISMAEL, 2020; ISMAEL, ROSALIN, NASCIMENTO & GOMES, 2020) destacamos a contribuição de Gaudemar (1977) para entender os processos migratórios no capitalismo enquanto expressão de uma crescente sujeição do trabalho ao capital. Para ele, a constituição do capitalismo dependeu do fato de o trabalho ganhar a qualidade de ser móvel, o que possibilitou a transformação do trabalho em mercadoria: a força de trabalho. Assim, o trabalho se transforma, com o capitalismo, em força de trabalho, possuindo como uma de suas qualidades a capacidade de ser móvel, espacialmente ou socialmente, para atender à produção de mais-valia (GAUDEMAR, 1977).

Em sua análise sobre a mobilidade da força de trabalho ancorada em Marx, o autor salienta que, para que o dinheiro se torne capital, é necessário que exista no mercado um trabalhador livre, em dois sentidos: primeiramente por possuir a força de trabalho como uma mercadoria sua; ao mesmo tempo, necessita não deter qualquer outra mercadoria que possa vender ou instrumento para a realização de sua força de trabalho. Tais liberdades são, assim, uma dupla determinação: uma positiva e uma negativa, respectivamente. Ao mesmo tempo que o homem é livre para possuir sua própria força de trabalho, ele é obrigado a vendê-la para poder sobreviver (ISMAEL, 2020). Sendo assim, a mobilidade da força de trabalho, em suas várias formas de manifestação (como a espacial, correspondente à migração), é um dispositivo central para o processo de acumulação capitalista. Os processos migratórios, dessa forma, correspondem à mobilização espacial das forças de trabalho para atender às necessidades de reprodução do capital e passam, conforme Becker (1997), por modificações em suas formas e escalas a depender do período histórico e geográfico, estando sempre dentro de um contexto econômico, político e social.

À luz dessas contribuições, pretendemos neste trabalho realizar uma leitura da geografia histórica das migrações no território brasileiro, buscando entender como a mobilização espacial das forças de trabalho se expressou de diferentes maneiras para atender aos interesses da reprodução capitalista ao longo da história brasileira.

O BRASIL NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Os movimentos migratórios fazem parte da história da formação territorial do Brasil. Desde o período colonial, iniciado no Século XVI, uma série de povos se deslocaram ou foram deslocados para esse território. As migrações forçadas de vários povos africanos que foram escravizados dentro do modo de produção escravagista, em um processo histórico de acumulação primitiva do pré-capitalismo, tiveram forte impacto sobre a geografia histórica do capitalismo no Brasil e de várias outras colônias nas Américas. Após a abolição da escravidão, no século XIX, vários foram os movimentos migratórios destinados ao território brasileiro, especialmente de europeus e asiáticos.

Oliveira (2018) aponta que o sentido da colonização brasileira foi propriamente mercantil, essa é a ideia que Caio Prado Jr. dá ao processo histórico no qual o Brasil foi “descoberto” pelos ibéricos. Inicialmente com a extração da madeira do pau-brasil, e depois com a implantação da cultura da cana-de-açúcar. A estrutura fundiária do território da colônia foi formada inicialmente através do sistema de capitanias hereditárias, que mais tarde deram origem às sesmarias, um sistema fortemente concentrador de terras, que formaram um dos pilares da estrutura econômica, social e política do Brasil (OLIVEIRA, 2018).

A escravidão foi outro desses pilares fundamentais para a formação do Brasil. 4 dos 10 milhões de africanos trazidos à força para as Américas (portuguesa, espanhola, central e do norte) foram destinados ao Brasil, e esse par senhor-escravo foi responsável por formar a base do que se tornou a estrutura social do território brasileiro, ainda que no século XIX (centenas de anos após o início da escravidão) a imigração europeia tenha se tornado fundamental dentro deste processo histórico. Para Mazzeo (2018) o Brasil se insere na lógica

capitalista já no período colonial, fornecendo matérias-primas produzidas através do trabalho escravo, já como subalterno à lógica internacional.

Já no Século XIX, com o crescimento do trabalho assalariado e a passagem do Brasil de um país colonizado para uma economia capitalista, com uma mudança do regime de trabalho no território brasileiro (PRADO JR., 1976), a mobilização da força de trabalho passa a se destinar para o trabalho assalariado em substituição ao trabalho escravo. Tal mobilização, contudo, não diz respeito aos trabalhadores libertos da escravidão, mas sim a força de trabalho europeia imigrante.

PROCESSOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

Como aponta Soares (2014) a partir de Cogo e Badet (2013), entre 1819 e o final dos anos 1940, cerca de cinco milhões de imigrantes vieram para o Brasil, a maior parte constituída por italianos, mas também por portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, sírio-libaneses, russos entre outros. A mesma autora ainda afirma que o Brasil foi o terceiro país a receber o maior número de imigrantes europeus no período 1850-1950, marcado por grandes deslocamentos populacionais vindos da Europa, quando 60 milhões de europeus se encaminharam principalmente para o continente americano.

Fausto (1995) evidencia que por volta de 3,8 milhões de imigrantes vieram para o Brasil no período 1887-1930, a maior parte desse contingente, de 2,74 milhões (72% do total), chegou ao Brasil até 1914. Entre 1914 e 1918 as migrações caíram devido à eclosão da 1ª Guerra Mundial, voltando a subir após seu fim. Ainda que a partir de 1930 a entrada de imigrantes tenha caído, o autor aponta que entre 1931 e 1940 grande número de japoneses continuaram a adentrar o território brasileiro.

As então regiões Centro-Sul, Sul e Leste concentraram a maior parte dos imigrantes. Em 1920, 93,4% dos imigrantes estavam vivendo nessas regiões, e o estado de São Paulo possuía mais da metade (52,4%) de todo o contingente de imigrantes no país. Entre as nacionalidades dos imigrantes no período 1887-1930, a maior parte era composta por italianos (35,5%), portugueses (29%), e espanhóis (14,6%). Os japoneses, embora em menor

número, estavam bastante concentrados em São Paulo em relação às outras nacionalidades, no ano de 1920, 87,3% dos japoneses viviam no estado paulista. Os espanhóis também se destinaram em maior parte à São Paulo (FAUSTO, 1995).

Prado Jr. (1976) afirma que grande parte dos imigrantes tiveram seu deslocamento e fixação no país através de uma política oficial de povoamento, e também a partir da iniciativa privada daqueles que ansiavam por mão-de-obra⁴. Esse grande movimento migratório, segundo Fausto (1995) e Moraes (2011), se deu em decorrência sobretudo da necessidade de mão-de-obra para as lavouras de café. Atividade econômica vital para o Brasil na primeira metade do Século XX, a economia brasileira teve, no café, sua maior fonte de riqueza e também a gênese da concentração produtiva e populacional que persiste na atual estrutura territorial nacional (MORAES, 2011). Inicialmente na região do rio Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, a produção cafeeira se expandiu para o estado de São Paulo, em direção ao oeste e alcançou o norte do Paraná, transformando as estruturas e lógicas desses territórios, tornando-se o principal produto brasileiro e a mais importante mercadoria do comércio internacional até meados do século XX, quando o petróleo tomou esse posto (OLIVEIRA, 2018). Dentro da produção do café, os imigrantes foram inseridos em relações de trabalho através do *colonato*, em que os colonos (famílias imigrantes) cuidavam do trato dos cafezais e das colheitas, recebendo um pagamento anual pelo trato dos pés de café e outro no período das colheitas, dependendo o pagamento das vendas do café (FAUSTO, 1995).

Ao estudar o estado de São Paulo, Silva (2008) aponta que os imigrantes do exterior se dividiam entre trabalhadores rurais, da manufatura e pessoas sem qualificação profissional que buscavam uma ocupação na crescente economia urbana puxada pelo crescimento industrial em São Paulo, assim como devido ao crescimento da economia

⁴ Os auxílios governamentais, segundo Fausto (1995) eram dados apenas para os imigrantes que se dirigiam ao campo (que era o destino da maior parte dos italianos, espanhóis e japoneses); aqueles que se dirigiram para as cidades (como os sírio-libaneses e judeus) não receberam tal auxílio.

cafeeira no mesmo estado. Silva (2008) pontua muito bem que o movimento migratório maciço não ocorreu de forma aleatória e sem planejamento, visto que:

Um crescimento prodigioso como este, além do mais, só poderia resultar da articulação dos interesses hegemônicos do capital, de um lado a suscitar a procura de trabalho e, do outro, literalmente, a controlar sua oferta. Um jogo compensatório cuja finalidade era impedir o encarecimento da mercadoria força de trabalho e permitir a máxima extração da mais-valia absoluta (SILVA, 2008, p. 32).

Como aponta Soares (2014) a partir de Cogo e Badet (2013), entre 1819 e o final dos anos 1940, cerca de cinco milhões de imigrantes vieram para o Brasil, a maior parte constituída por italianos, mas também por portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, sírio-libaneses, russos entre outros. A mesma autora ainda afirma que o Brasil foi o terceiro país a receber o maior número de imigrantes europeus no período 1850-1950, marcado por grandes deslocamentos populacionais vindos da Europa, quando 60 milhões de europeus se encaminharam principalmente para o continente americano.

Fausto (1995) evidencia que por volta de 3,8 milhões de imigrantes vieram para o Brasil no período 1887-1930, a maior parte desse contingente, de 2,74 milhões (72% do total), chegou ao Brasil até 1914. Entre 1914 e 1918 as migrações caíram devido à eclosão da 1ª Guerra Mundial, voltando a subir após seu fim. Ainda que a partir de 1930 a entrada de imigrantes tenha caído, o autor aponta que entre 1931 e 1940 grande número de japoneses continuaram a adentrar o território brasileiro.

As então regiões Centro-Sul, Sul e Leste concentraram a maior parte dos imigrantes. Em 1920, 93,4% dos imigrantes estavam vivendo nessas regiões, e o estado de São Paulo possuía mais da metade (52,4%) de todo o contingente de imigrantes no país. Entre as nacionalidades dos imigrantes no período 1887-1930, a maior parte era composta por italianos (35,5%), portugueses (29%), e espanhóis (14,6%). Os japoneses, embora em menor número, estavam bastante concentrados em São Paulo em relação às outras nacionalidades, no ano de 1920, 87,3% dos japoneses viviam no estado paulista. Os espanhóis também se destinaram em maior parte à São Paulo (FAUSTO, 1995).

Prado Jr. (1976) afirma que grande parte dos imigrantes tiveram seu deslocamento e fixação no país através de uma política oficial de povoamento, e também a partir da iniciativa privada daqueles que ansiavam por mão-de-obra⁵. Esse grande movimento migratório, segundo Fausto (1995) e Moraes (2011), se deu em decorrência sobretudo da necessidade de mão-de-obra para as lavouras de café. Atividade econômica vital para o Brasil na primeira metade do Século XX, a economia brasileira teve, no café, sua maior fonte de riqueza e também a gênese da concentração produtiva e populacional que persiste na atual estrutura territorial nacional (MORAES, 2011). Inicialmente na região do rio Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, a produção cafeeira se expandiu para o estado de São Paulo, em direção ao oeste e alcançou o norte do Paraná, transformando as estruturas e lógicas desses territórios, tornando-se o principal produto brasileiro e a mais importante mercadoria do comércio internacional até meados do século XX, quando o petróleo tomou esse posto (OLIVEIRA, 2018). Dentro da produção do café, os imigrantes foram inseridos em relações de trabalho através do *colonato*, em que os colonos (famílias imigrantes) cuidavam do trato dos cafezais e das colheitas, recebendo um pagamento anual pelo trato dos pés de café e outro no período das colheitas, dependendo o pagamento das vendas do café (FAUSTO, 1995).

Ao estudar o estado de São Paulo, Silva (2008) aponta que os imigrantes do exterior se dividiam entre trabalhadores rurais, da manufatura e pessoas sem qualificação profissional que buscavam uma ocupação na crescente economia urbana puxada pelo crescimento industrial em São Paulo, assim como devido ao crescimento da economia cafeeira no mesmo estado. Silva (2008) pontua muito bem que o movimento migratório maciço não ocorreu de forma aleatória e sem planejamento, visto que:

Nesse sentido, o mesmo autor salienta que a intensa mobilização de trabalhadores (força de trabalho) para as lavouras de café atendeu aos interesses das classes dirigentes

⁵ Os auxílios governamentais, segundo Fausto (1995) eram dados apenas para os imigrantes que se dirigiam ao campo (que era o destino da maior parte dos italianos, espanhóis e japoneses); aqueles que se dirigiram para as cidades (como os sírio-libaneses e judeus) não receberam tal auxílio.

cafeicultoras, identificando aqui a formação de um exército industrial de reserva na cidade de São Paulo, que nas décadas seguintes (especialmente a partir de 1930) foi vital para seu crescimento industrial.

Com o enfraquecimento e declínio da economia cafeeira, os movimentos migratórios também passam por mudanças. Entre 1920 e 1940 já se percebia a mudança do padrão dos movimentos migratórios no Brasil, com os deslocamentos internos tomando a frente em relação aos externos. O encerramento dos subsídios estatais para as forças de trabalho imigrantes de outros países, os eventos pós-crise de 1929 e a Constituição de 1934 (que estabeleceu quotas para a entrada de estrangeiros) agiram como formas de reduzir a entrada de imigrantes estrangeiros para o território brasileiro (SILVA, 2008; SOARES, 2014).

CRESCIMENTO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS (1930-1980)

Na década de 1930, Alves (2015) afirma que o Brasil deu uma virada, politicamente e ideologicamente, em relação ao seu papel na imigração, buscando um maior controle sobre a entrada de imigrantes estrangeiros. Aqui surge a ideia de *trabalhador nacional*, que passa a ser visto de forma predominante sobre o *trabalhador estrangeiro*. A imigração do exterior, assim, só seria encorajada na falta de força de trabalho nacional. A força de trabalho estrangeira, ademais, passaria a ser buscada de uma maneira seletiva, para atender às necessidades da modernização dependente tomada pelo estado brasileiro.

A mudança de visão em relação à força de trabalho estrangeira, por parte do Brasil, pode ser bem observada no decreto 19.482/1930, primeira medida legislativa referente à migração no governo Vargas, como bem analisa Alves (2015)⁶. Sobre tal medida, o imigrante

⁶ Segundo Alves (2015, p. 62): Considerando que a situação econômica e a desorganização do trabalho reclamam a intervenção do Estado em favor dos trabalhadores; considerando que uma das mais prementes preocupações da sociedade é a situação de desemprego forçado de muito trabalhadores, que, em grande número, afluíram para a Capital da República e para outras cidades principais, no anseio de obter ocupação, criando sérios embaraços à pública administração, que não tem meios prontos de acudir tamanhas necessidades; considerando que somente a assistência pelo trabalho é recomendada para situações dessa natureza [...]; considerando, também, que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social.

passa nesse momento a ser usado, pela narrativa oficial, como forma de justificativa para os problemas econômicos e de classe existentes no território brasileiro. O imigrante é visto como alguém que ameaça a busca por emprego do trabalhador nacional, um concorrente que causa o desemprego dos trabalhadores brasileiros, característica dos discursos assumidos pelo então governo Vargas em sua política de base nacionalista.

A mobilidade espacial da força de trabalho, nesse período, manifesta-se de diferentes formas, sobretudo nas migrações entre regiões do território brasileiro e das áreas rurais para as urbanas, com um grande número de pessoas sendo mobilizadas para as indústrias e centros urbanos em franco crescimento. Tais movimentos estão ligados aos contextos políticos e econômicos do período histórico brasileiro, marcado pelo desenvolvimento das bases para uma acumulação capitalista industrial a partir dos governos de Getúlio Vargas nos anos 1930 e 1940 (ANTUNES, 1982 *apud* ALVES, 2015) e pelas políticas econômicas de substituição de importações (crescimento da produção interna), passando pelos governos desenvolvimentistas seguintes.

As migrações internas preponderantes (rota campo-cidade e entre as regiões brasileiras), desenvolvem-se sobretudo em decorrência da concentração do desenvolvimento industrial na região Sudeste do país – e o estado de São Paulo especialmente, o que evidencia o desenvolvimento desigual entre as diferentes regiões pelo qual o Brasil passou. A principal região que cedeu força de trabalho foi o Nordeste, incluindo nessa mobilidade todos os problemas relacionados ao racismo pelos quais sofreram as populações imigrantes (ALVES, 2015; SOARES, 2014). Percebe-se assim, nesse período, que a mobilidade da força de trabalho passa a atender também os interesses do setor industrial, com grande fortalecimento de seu papel na economia capitalista brasileira⁷.

⁷ O grande crescimento econômico puxado pelo processo de industrialização na região Sudeste e em São Paulo, no entanto, como pontua Silva (2008), não foi acompanhado de desenvolvimento social. Ao mesmo tempo em que a indústria extrai cada vez mais riquezas, produzidas pela força de trabalho, para os capitalistas, a desigualdade atingiu as classes trabalhadoras - característica do modo de produção capitalista, produzindo ao mesmo tempo o desenvolvimento de alguns espaços e a miséria de outros. Um crescimento econômico que mobilizou grandes massas de trabalhadores para as cidades, mas que produziu uma grande pobreza, em que trabalhadores vendem sua força de trabalho

Importante destacar também, sob o prisma das lutas de classe, que tanto Alves (2015) como Silva (2008) destacam o crescimento das mobilizações populares da classe trabalhadora na medida em que se desenvolve o trabalho assalariado e também o processo de industrialização. Alves evidencia sobretudo o papel do Estado brasileiro em buscar enfraquecer qualquer possibilidade de mobilização dos trabalhadores por meio dos sindicatos, usando a violência como forma de conter qualquer ameaça de formação de sindicatos e outras organizações entre os trabalhadores (tanto nacionais como estrangeiros). Em relação à imigração de estrangeiros, a contenção em sua entrada se dava sobretudo em cima dos operários pobres, sendo facilitada a entrada de estrangeiros ricos e com posses. Os parâmetros e medidas desse período predominaram até o período do pós-guerra (final dos anos 1940). Todavia, passaram a sofrer pressão econômica das classes dominantes da indústria (especialmente paulistas) já em fins dos anos 1940.

Os novos parâmetros tomados a partir daí foram no sentido de relaxar alguns critérios para permitir a entrada de imigrantes, mas ainda mantendo alguns dos pontos das políticas anteriores, como o forte racismo. Como bem destaca Alves (2015, p. 69) no decreto 7.967/45:

Atender-se-á, na admissão dos migrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional.

A busca por uma mão-de-obra mais qualificada, que correspondesse à crescente modernização e desenvolvimento dos meios de produção na agricultura e indústria, passa a ser utilizada como motivo para possibilitar a entrada de imigrantes, que ocupariam as vagas que não poderiam ser assumidas por uma mão-de-obra nacional com pouca qualificação. Tais medidas, ainda conforme Alves (2015), foram reafirmadas no final dos anos 1950, em

em troca de um salário que, no limite, se destina a manter sua própria reprodução (SILVA, 2008). Isso sem falar da gama de estigmatização dada aos trabalhadores imigrantes (especialmente os nordestinos) por parte tanto da sociedade quanto dos membros das classes dirigentes, o que também tem produzido historicamente piores condições de renda para tais grupos sociais.

um contexto de desenvolvimento da indústria pesada (e de vários outros ramos) em São Paulo e da aplicação da política econômica de substituição de importações.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o grande investimento em infraestruturas (capitais fixos), em especial na construção de rodovias – ancorado em seu Plano de Metas, garantiu a interiorização das atividades econômicas principalmente para a região Centro-Oeste, onde fora construída Brasília. Tal mobilização de capital para essa região também correspondeu à condução de um grande processo migratório em direção ao Centro-Oeste.

Ao longo do período da ditadura militar (1964-1985), a continuidade dos investimentos em infraestrutura também conferiu a vários processos de mobilidade espacial da força de trabalho, especialmente até os primeiros anos da década de 1970, no período do “milagre econômico”.

A partir dos anos 1970, observa Soares (2014), houve um crescimento dos movimentos migratórios da região Sul para o Centro-Oeste e Norte, em um contexto de expansão da fronteira agrícola brasileira nessas regiões. Assim, esse período foi marcado, de um lado, por deslocamentos do Nordeste para o eixo Rio de Janeiro e São Paulo e, de outro, pela mobilidade do Sul para Centro-Oeste e Norte. Essas diferentes rotas migratórias (e também diferentes tipos de deslocamento) desenvolvidas conferem a uma complexificação dos processos migratórios brasileiros, que estabelecem uma relação fundamental com os contextos econômico e político pelos quais o território brasileiro passou ao longo de seu desenvolvimento capitalista dependente.

Em relação aos movimentos migratórios internacionais, Alves (2015) pontua que durante a ditadura o imigrante passa a ser encarado como uma ameaça à segurança nacional. O decreto de lei 941/69 passa a definir a situação dos imigrantes estrangeiros no Brasil, nas palavras de Alves (2015, p. 71) “a diretriz adotada era a automática criminalização da imigração que não se enquadrasse nos parâmetros legais das entradas”. Nesse sentido, tem-se aqui um papel do Estado bastante rigoroso e contrário à entrada de estrangeiros.

Dentro do regime de trabalho, por exemplo, segundo a autora supracitada, apenas os imigrantes dirigidos pelo governo para áreas estratégicas poderiam exercer trabalho remunerado.

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO CAPITALISMO FINANCEIRO

A partir da década de 1970, e mais intensamente nas décadas posteriores, com a reestruturação produtiva característica do início do período de financeirização do capitalismo, o Brasil passa por novas mudanças em seu caráter migratório, sobretudo São Paulo. Silva (2008) aponta uma intensificação dos processos migratórios, que sofrem redefinições em seus ritmos, agora em um intervalo de tempo mais rápido no movimento entre os locais de origem e os de destino. Silva (2008) relaciona tais elementos com as mudanças econômicas e políticas pelas quais o território brasileiro passa a partir desse período, exemplificando no caso da metrópole de São Paulo:

A crise econômica e o relativo esgotamento da metrópole, nos anos 80, acabou influenciando diretamente a sua capacidade de atrair população, em vista da drástica redução da oferta de empregos formais, que nos anos 90 viria a acentuar-se com a saída de várias unidades fabris instaladas na região, notadamente no ABC, e também com a reestruturação produtiva poupadora de mão-de-obra, induzida e incrementada pela política de abertura comercial e financeira dos governos que se sucederam ao longo dessa década (SILVA, 2008, p. 43).

Também se colocam nesse contexto uma série de novos e complexos processos, como o desenvolvimento das indústrias e atividades relacionadas à economia agroexportadora, abertura de novas fronteiras agrícolas (associadas a essa atividade), crescimento das cidades médias, investimentos públicos em capitais fixos, como rodovias, para além da região de São Paulo e uma série de problemas associados à tais processos, como trânsito urbano, violência, desigualdades, segregação socioespacial entre outros.

As migrações, como afirma Silva (2008), também sofreram impactos em decorrência dessas mudanças, e apresentaram alterações em suas rotas de deslocamento, com um crescimento das migrações da Região Metropolitana de São Paulo para o interior do estado

e as migrações de retorno como exemplos dessas novas dinâmicas de mobilidade espacial. A queda dos empregos na esfera industrial e crescimento no setor de serviços também é determinante para os deslocamentos populacionais. Aqui pode-se ver a influência direta da financeirização da economia capitalista em escala global, que confere a uma mudança significativa no mundo do trabalho, que passa por processos de transformação em seus conteúdos que faz crescer exponencialmente o trabalho improdutivo em relação ao produtivo.

Alves (2015) aponta que com o neoliberalismo emerge um novo padrão de imigração, em que a mobilidade espacial estrangeira em países da periferia ganha mais notoriedade em relação aos períodos anteriores do capitalismo, com uma modificação na base social dos deslocamentos humanos em escala mundial⁸, sobretudo por influência das mudanças trazidas pela expansão da reprodução capitalista por todo o mundo (HARVEY, 2005, 2013), como visto na reestruturação produtiva e na conseqüente reprodução das desigualdades e da pobreza, principalmente na periferia capitalista. Percebe-se, assim, o crescimento das emigrações internacionais em países pobres, tanto devido a fatores econômicos como também políticos, guerras e desastres ambientais, relacionados diretamente à lógica de reprodução ampliada do capitalismo. Diversos autores reiteram essa mudança (BÓGUS & FABIANO, 2015; ROSSA & MENEZES, 2018; BAENINGER, 2018).

Dentro deste novo contexto, Alves (2015) também observa mudanças nas políticas migratórias dos Estados centrais, e a “aplicação de políticas econômicas neoliberais acompanha um marco restritivo das políticas imigratórias nesses territórios” (ALVES, 2015, p. 84). Nesse sentido, uma ligação essencial se faz entre as mudanças promovidas

⁸ Na Europa do período pós-guerras (1945-1970), autores como Basso (2003) e Sayad (1991) (*apud* ALVES, 2015) identificavam uma maior abertura dos países do centro capitalista europeu às imigrações, com grandes movimentos populacionais oriundos dos países do sul europeu e também das ex-colônias africanas em direção ao crescente mercado de trabalho no centro capitalista. A maioria dos imigrantes, como apontam os autores supracitados, se destinavam a empregos pouco qualificados e socialmente vistos, pelos trabalhadores nacionais, como “inferiores”, indicando aqui que já predominava uma estratificação dentro do mercado de trabalho.

economicamente e a intensificação do controle estatal sobre os movimentos migratórios. As migrações dos países periféricos, contudo, se fortalecem, assim como a criminalização da migração estrangeira (evidenciada nos frequentes atos racistas e xenófobos) e a exploração do trabalho imigrante.

Países com tradição de recepção de mão-de-obra imigrante, como Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha (CASTLES & KOSACK, 1984, *apud* ALVES, 2015), passam a adotar medidas de controle e de restrição da chegada de força de trabalho imigrante, usando como discurso a ideia de que esses países não mais precisavam de mão-de-obra para incorporar seu mercado de trabalho. A imigração passa a ser encarada, pelos países centrais, como um problema.

Alves (2015) também aponta que o trabalho imigrante passa cada vez mais, em razão da crescente migração *indocumentada*, a ser condicionado a uma precariedade em suas condições. Como bem evidencia Shierup (2007, *apud* ALVES, 2015, p. 86):

O sistema hierárquico de subcontratação, a flexibilização e a informalização são indicados como elementos-chave para se entender as características do trabalho desses imigrantes indocumentados que, até então, atingiam em menor grau os nacionais daqueles territórios.

Com base nessas contribuições é que Alves (2015) afirma que a presença de imigrantes indocumentados em vários países diferentes atesta para um modelo político e econômico neoliberal dos fenômenos migratórios. É uma produção global da clandestinidade que é reproduzida através das políticas e leis migratórias em escala mundial, que servem à necessidade de valorização do capital (BASSO *et al.*, 2003, *apud* ALVES, 2015). É nessa tomada que a autora reafirma a citação de Dreher (2007):

Fronteiras abertas, mas sociedades fechadas são duas faces da mesma moeda no projeto neoliberal de construção do mercado global. Nós temos que ver isso como uma expressão do poder do capital móvel em âmbito global que, regulando de forma rígida o acesso aos mercados de trabalho nacionais, é capaz de regular as condições da oferta de trabalho global [...]. Nós devemos, portanto, ver o controle da imigração como parte do controle do trabalho em geral (DREHER, 2007, p. 207 *apud* ALVES, 2015, p. 88).

Dessa maneira, no Brasil, a partir da ditadura militar, se vê a manifestação desse fenômeno de ao mesmo tempo permitir a entrada de fluxos de capital (mobilidade do capital), e de controlar e restringir a entrada de imigrantes (mobilidade da força de trabalho), sobretudo de outros países da periferia capitalista. É dentro deste contexto que o Estado brasileiro elabora e adota o Estatuto do Estrangeiro, através da lei 6.815/1980, na qual, segundo Alves (2015, p. 72):

A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos.

As medidas tomadas dentro desse contexto expressam as necessidades da acumulação capitalista, agora pautada sobretudo na lógica do capitalismo monopolista e financeiro. Se intensifica nesse momento, em decorrência da expansão capitalista em novos espaços, a desigualdade regional característica do movimento de reprodução ampliada do capital. Abrem-se, aqui, as fronteiras para o capital financeiro se valorizar. A mobilidade do capital, favorecida por parte de políticas econômicas, se expande e, principalmente na América Latina, se dá através de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). O regime ditatorial, dessa forma, teve papel essencial para permitir a abertura das fronteiras para a mobilidade de grandes capitais e filiais de grandes indústrias (ALVES, 2015). Tais mudanças permaneceram nos governos pós-ditadura, inseridos na nova divisão internacional do trabalho, promovida pelas necessidades do capitalismo de se valorizar em espaços cada vez mais extensos (HARVEY, 2013).

A partir das décadas de 1980 e 1990 ainda, diversos movimentos migratórios caracterizados como *não documentados* passam a ganhar evidência, se expressando em deslocamentos entre países da periferia capitalista, incluindo, no caso brasileiro, as mobilidades espaciais originadas em países da América Latina (como os bolivianos), e também de países asiáticos, como Coreia do Sul e China.

Os imigrantes destes territórios, principalmente em períodos de crise nas décadas de 1980 e 1990, cumpriram o papel de uma força de trabalho que garantiu aos capitalistas (principalmente têxteis) uma diminuição do custo de produção através da superexploração dos imigrantes irregulares, uma vez que estes em sua maioria eram indocumentados. Dessa forma, o trabalho informal era, desde esse período, uma característica central do destino das forças de trabalho imigrantes (ALVES, 2015).

No Brasil também se expressa um maior volume de movimentos emigratórios especialmente para países europeus, para os Estados Unidos e para o Japão. Além das determinações externas acima trazidas, tal fenômeno tem forte influência da crise econômica pela qual o país enfrentou na década de 1980 e as sucessivas tentativas de ajuste econômico e financeiro devido ao crescimento da dívida externa (sobretudo em razão dos empréstimos contraídos do exterior durante a ditadura militar). Soares (2014) aponta que entre 1 e 2,5 milhões de brasileiros deixaram seu país na década de 1980.

Segundo Bógus e Fabiano (2015), na virada do século o Brasil voltou a ter uma entrada crescente de imigrantes, tanto em razão da maior projeção internacional do país (nos governos do PT) como também devido às maiores restrições impostas pelos países europeus e pelos Estados Unidos na entrada de imigrantes, que trazem ao Brasil pessoas tanto de países vizinhos que passam por crises econômicas e políticas como também de países que historicamente não tinham quantidade expressiva de imigrantes. Conforme destacam as autoras, a imigração no mundo aumentou 41% entre 2000 e 2015, quando alcançou a marca de 244 milhões de pessoas, 3,3% da população total do mundo.

Com a crise global do capital entre 2007 e 2008, Alves (2015) e Fernandes e Sá (2018) concordam que as migrações do e para o Brasil sofreram mudanças, caracterizando o Brasil como um país receptor de imigrantes e ao mesmo tempo como produtor de emigrantes. No período 2011-2014, como aponta Alves (2015), através de dados da Organização

Internacional para as Migrações (OIM), o Brasil foi o maior destino dos fluxos migratórios na América Latina. Em 2013, o Brasil contava com a presença de 1,5 milhão de imigrantes. Ainda que constituindo então apenas 0,3% da população total (aproximadamente de 200 milhões), essa porcentagem é considerada subestimada.

Soares (2014) também observa uma migração de retorno dos brasileiros, sobretudo vinculada à crise de 2008 nos países centrais do capitalismo, que em um momento de crescimento econômico brasileiro, teve forte influência sobre o significativo retorno de brasileiros a seu território, como também sobre o enfraquecimento das migrações para Estados Unidos, Japão e países europeus, que enfrentam os efeitos da crise.

Alves (2015) ainda aponta que no atual período podem ser identificados cinco grupos diferentes de imigrantes que se deslocam para o Brasil: O primeiro formado por pessoas de países do MERCOSUL (Argentina, Uruguai e Paraguai) e os demais da América do Sul (Bolívia, Colômbia, Chile e Venezuela), que ganham peso depois da década de 1970; um segundo grupo formado por refugiados de vários países (Haiti, Síria) e imigrantes de países da periferia (África, Ásia e América Latina); um terceiro grupo constituído de imigrantes de países centrais que passavam pelos efeitos da crise de 2007-2008 (Espanha, Portugal); um quarto grupo referente aos imigrantes contratados pelo governo brasileiro na área da saúde (médicos cubanos, sobretudo nos governos PT); e um quinto grupo oriundo de países asiáticos - principalmente das Filipinas.

É nesse contexto histórico e geográfico da realidade concreta que os movimentos migratórios, enquanto mobilidade espacial da força de trabalho, se complexificam e se expressam em diferentes modalidades de movimentos de migração. Entre tais modalidades, Baeninger (2018) destaca as *migrações sul-sul*, *migrações transnacionais de refúgio* e *migrações transnacionais fronteiriças*. No Brasil, destacam-se sobretudo as migrações de bolivianos, senegaleses, peruanos, chineses, haitianos e, mais recentemente, venezuelanos.

Em relação à legislação migratória, podemos destacar que ainda que a aprovação da nova Lei de Migração em 2017 (substituindo o Estatuto do Estrangeiro) possa significar uma vitória da perspectiva dos Direitos Humanos sobre a da Segurança Nacional (que criminaliza os imigrantes), e que possa trazer mais possibilidades para que os imigrantes internacionais no Brasil sejam regularizados e garantam seus direitos, há vários desafios para que essa nova legislação seja de fato aplicada (como a gestão migratória ainda bastante restritiva), o que demanda outros estudos mais aprofundados nos diferentes aspectos referentes a tais desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, pudemos verificar, através da contribuição da abordagem marxista da mobilidade da força de trabalho, que a mobilização espacial das forças de trabalho se expressou de diferentes maneiras na geografia histórica do capitalismo no Brasil. Se durante os períodos colonial (com a migração forçada de africanos escravizados) e da adoção do trabalho assalariado (Séc. XIX até 1930) preponderavam as migrações internacionais, entre as décadas de 1930 e meados da de 1970 os movimentos internos (entre regiões e estados) foram mais expressivos. A partir de então, com a financeirização do capitalismo e a expansão global desse modo de produção, as migrações passaram por uma complexificação e têm se manifestado de diferentes maneiras.

Ademais, devemos lembrar, uma vez que a mobilização das forças de trabalho (especialmente e temporalmente), como bem nos lembra Gaudemar (1977), é uma característica das sociedades regidas pelo sistema produtor de mercadorias, a superação dessa mobilização, que é *forçada*, não pode ser alcançada se não através do fim do próprio trabalho assalariado e, dessa forma, do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. V. M. **Imigração na modernização dependente: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada.** Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

BAENINGER, R. *et al.* **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Núcleo de Estudos de População- Nepo/Unicamp, 2018.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: Conceitos, tipologias, contextos. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Explorações Geográficas**: Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.

BÓGUS, L. M. M.; FABIANO, M. L. A. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto e Vírgula - PUC SP** - No. 18 - Segundo Semestre de 2015 - p. 126-145.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FERNANDES, D. M.; SÁ, P. R. C. O Brasil no Mapa da Migração: aspectos históricos e atuais. *In*: JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. C. (Orgs.) **Migrantes forçados**: conceitos e contextos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 579-610.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ISMAEL, V. P. Discussão Sobre as Diferentes Abordagens Teóricas Para o Estudo das Migrações e da Mobilidade do trabalho **Geografia - Rio Claro**, V. 45, N. 2, p. 235-259, jul./dez. 2020.

ISMAEL, V. P.; ROSALIN, J. P.; NASCIMENTO, R. S.; GOMES, G. L. Imigração venezuelana no Brasil: 2008-2018: Mobilidade Forçada do Trabalho e Papel do Estado Brasileiro. *In*: VI SINARUB - Simpósio Nacional o Urbano e o Rural no Brasil. 2020. Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UCSAL, p. 52-65, 2020.

MAZZEO, A. C. Notas sobre autocracia burguesa, modernização reacionária e transição de longuedurée. **Margem Esquerda – revista da Boitempo**. N. 31. São Paulo: Boitempo. Setembro 2018.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

OLIVEIRA, F. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.

PRADO JR., C. **História Econômica do Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1976.

ROSSA, L. A.; MENEZES, M. A. Entre migrações e refúgio: migrações sul-sul no Brasil e as novas tipologias migratórias. *In*: BAENINGER, R. *et al.* **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018 (2º edição). p. 383-401.

SILVA, I. C. A. **A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva: estudo das tendências migratórias em Santo André**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SOARES, A. G. **O Brasil na Irlanda**: vidas em deslocamento na mobilidade contemporânea. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.